

**SINGULARIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO ALAGOANO  
A PARTIR DAS LÓGICAS INSTITUCIONAIS**

**CARLOS EVERALDO SILVA COSTA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)

**THAINÁ VITÓRIA SILVA DOS SANTOS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)

**LIVIA MARIA ALVES SANTOS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)

## SINGULARIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO ALAGOANO A PARTIR DAS LÓGICAS INSTITUCIONAIS

### 1 INTRODUÇÃO

O mais habitado do mundo, o semiárido do Brasil ocupa 15% do seu território, os 9 estados do Nordeste e 2 do Sudeste (MG e ES) e 28 milhões de pessoas, em áreas urbana (62%) e rural (38%) (INSA, 2024). Solo raso, baixa fertilidade e vegetação adaptada à seca, com arbustos e árvores pequenas, folhas reduzidas e raízes profundas, formam a Caatinga, o bioma brasileiro (Andrade *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2022; Sousa; Albuquerque; Araújo, 2022).

A escassez de chuva e a baixa umidade resultam em precipitação anual entre 300 e 800 mm (Filho *et al.*, 2013), gerando perdas agrícolas e de acessos à renda e alimentação, o que causa aumento nos níveis de desnutrição e doenças pelo consumo de água com baixa qualidade (Melchiori; Rodrigues; Aouqi, 2022). Historicamente, a governança dessa água foi ineficiente, as políticas públicas estatais desconsideraram as peculiaridades locais (Silva; Leite; Souza, 2023) e, sua distribuição, desigual, orientou a maioria dos investimentos às áreas urbanas economicamente desenvolvidas e, às rurais, o foco foi o combate a seca, com medidas emergenciais.

Com as alterações climáticas e as pressões humanas ao desmatarem e removerem sua camada superficial para indústrias como cerâmicas e olarias, causando perdas na diversidade genética e agrobiodiversidade, a ecologia semiárida sofre (Leite; Santos; Gomes, 2011).

Mas a ruptura dessa noção de combate a seca, voltada ao abastecimento de água por carros-pipa e entrega de cestas básicas (Filho *et al.*, 2013) se dá em 1999 quando entidades civis organizadas, da lógica institucional Comunidade, fundaram a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), orientada à implementação de tecnologias sociais resilientes de baixo custo.

A ASA e o Estado, este via Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), elaboraram e implementaram políticas públicas que disseminam o uso de cisternas de placa (alvenaria) para captar e armazenar água da chuva para consumo humano e irrigação (Ferreira; Gregolin, 2017), desde 2003, com programas tipo o 1 Milhão de Cisternas (P1MC), 1 Terra e 2 Águas (P1+2) e a Calçada.

Tais tecnologias sociais legitimam a noção de convivência com o semiárido e, materialmente, geram autonomia da agricultura familiar (AF) e produções sustentáveis dos recursos naturais (Ximenes; Silva; Brito, 2019; Conti; Schroeder, 2013). Imaterialmente, valorizam as tradições, práticas, saberes e identidades territoriais e constroem novas possibilidades (Carvalho, 2012) com turismo rural, beneficiamento de frutas etc.

Do território semiárido brasileiro, Alagoas possui 3,4%, com 12.500 km<sup>2</sup>, 948.4 mil pessoas, em 42 municípios (Brasil, 2024a; ASA, 2024), nas mesorregiões Sertão (oeste) e Agreste (centro), ou seja, 45% de sua geografia é semiárida.

Sobre a AF alagoana não há unicidade de dados. O sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) possui 101 cooperativas e 69.000 cooperados, sendo 30 do setor agropecuário, com organizações nos municípios semiáridos Inhapi, Pão de Açúcar, Palmeira dos Índios e Batalha (OCB, 2024). E a ASA tem organizações associadas em Igaci, São José da Tapera, Palmeira dos Índios, Maravilha, Delmiro Gouveia, Mata Grande e Santana do Ipanema (ASA, 2025). Deste cenário inicial de 10 municípios do semiárido considerados, o estudo questiona: nesse recorte socioeconômico e institucional, com ações de combate e convivência, que aspectos são singulares à AF no semiárido de Alagoas?

Como justificativa teórica, a partir da plataforma Sucupira, em seu quadriênio mais atual 2017-2020, ao acessar periódicos nacionais e internacionais, na busca por estudos sobre AF na área Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, dos estratos "A1" à "C", foi gerada uma planilha com 5.235 periódicos, que passou por 4 filtros. Na primeira, foram selecionados periódicos que contivessem, em seus títulos, ao menos, uma das expressões: administração; gestão; organizações; semiárido; geografia; cooperativa; estado;

agroecologia; agronomia; pública; caatinga; extensão; pesquisa qualitativa; agricultura; institucional; *management; administration e business*. O total foi 807 periódicos.

Na segunda, foram excluídos os periódicos com títulos repetidos devido ISSN nas versões impressa e digital. O total foi 228, dos estratos: 43, A1; 33, A2; 28, A3; 13, A4; 17, B1; 38, B2; 24, B3; 24, B4; e 8, C. Na terceira, os periódicos foram acessados e, nestes, na opção busca, foram utilizadas as expressões, sem delimitar ano de publicação, “agricultura familiar” e “*family farming*” que deveriam constar nos títulos dos artigos. E na quarta, foram encontrados 312 artigos, 276 nacionais e 36 internacionais, entre 2001 e 2023, concentrados entre 2016 e 2023 (141), dos estratos B1 e B2 (118). Porém, em nenhum havia associação direta ao semiárido, nem brasileiro e alagoano, o que reforça sua relevância.

Na prática, o estudo se justifica por buscar identificar aspectos singulares ao contexto semiárido de Alagoas, capazes de informar associações, cooperativas e o Estado. Dito isto, o objetivo do estudo é identificar, no semiárido alagoano, as singularidades sobre sua AF, a partir das lógicas institucionais. E, para alcançá-lo, além dessa introdução, o estudo traz: fundamentação teórica sobre AF; metodologia, sobre análise de conteúdo; descrição e interpretação, ao relacionar os achados à teoria; e suas considerações finais.

## **2 A AGRICULTURA FAMILIAR (AF) E O SEMIÁRIDO**

Na AF o “familiar” combina conhecimentos transmitidos por gerações, reforça sua centralidade social de (re)produção, com raízes camponesas (Wanderley, 2009), pois o trabalho é exercido pelo produtor e o familiar é superior ao contratado (Santos *et al.*, 2013).

Ainda que relevante socioeconômicamente, a AF enfrenta os desafios das transformações no espaço rural, com mudanças demográficas e de políticas econômicas (Guedes; Tavares, 2001), além das estratégias adaptativas para lidar com a irregularidade das chuvas e o uso de defensivos químicos que afetam suas agriculturas (Fernandes *et al.*, 2018).

Nos anos 1960, no período da Revolução Verde, os agricultores sofriam interferências externas de corporações voltadas ao desenvolvimento agrícola que inseriram políticas de modernização, homogeneização dos sistemas de produção, adoção de pacotes tecnológicos e especialização produtiva, com visão reducionista que ignorava os conhecimentos tradicionais, considerados atrasados (Tagliapietra; Carniatto; Bertolini, 2021).

Tais agricultores, nos anos 1970, foram denominados minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou agricultores de baixa renda, até 1990 quando se legitima a expressão AF (Dias; Rocha, 2014). Em 2006, foi constituída a Lei da AF, nº11.326, ao considerar agricultor familiar rural aquele que: pratica atividades no meio rural em espaço não maior que 4 módulos fiscais; utiliza mão-de-obra familiar, com percentual mínimo da renda familiar das atividades econômicas do empreendimento; e dirigido por sua família.

Essa lei possibilitou o acesso à programas públicos federais (Esquerdo; Bergamasco, 2015) estimulando competitividade, considerando os eixos econômico, ambiental, social e cultural (Santos *et al.*, 2013), como os Alimentação Escolar (PNAE), de 1955 (mas assim denominado em 1979), Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de 1996, Aquisição de Alimentos (PAA) e Agroindustrialização da AF, ambos de 2003.

O PNAE disponibiliza alimentação à educação básica pública, Lei nº 11.947/2009 e estabelece que 30% do valor repassado deve ser investido em alimentos da AF local (Brasil, 2009), o que dinamiza a economia por comprar diretamente da AF local (Schwartzman *et al.*, 2017). No PRONAF, Lei 15.034/2024, há apoio financeiro às atividades agropecuárias voltadas ao desenvolvimento sustentável rural (Zani; Costa, 2014). E o PAA, Lei nº 14.628/2023, o Governo Federal compra os alimentos da AF e os distribui aos necessitados.

A importância dos programas estatais elevam a AF da subsistência à comercialização do excedente, agregam valor, gera renda e oportunidades de trabalho e melhoram as condições de vida dos beneficiados (Junior, 2012). Não à toa que desde os anos 2000 a AF movimenta bilhões de reais, responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no país

(Damasceno; Khan; Lima, 2011), por representar 3.897.408 dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019).

Nesse desenvolvimento a AF se destaca por apresentar maior respeito ao meio ambiente e estimular a cultura local (Gomes; Cezar, 2018) com artesanato, literatura, dança e turismo de base comunitária. Inclusive, o termo AF, desde 2010 tem sido “AF de base agroecológica”, por ser um modo organizativo e produtivo adequado à sustentabilidade, menos suscetível à doenças, pensado no manejo da lavoura, sem os *inputs* do sistema produtivo convencional (Dourado; Vale, 2019). Isso tem se expandido e alcançado altos padrões de serviços e produtos nos mercados nacional e internacional (Bueno; Silva, 2014).

Este novo cenário requer o uso de tecnologia pela mão de obra local (Silva; Sanches, 2016) para promover inclusão comunitária e soluções aos seus problemas. O resultado é a maior eficiência técnica no empreendimento familiar, redução do êxodo rural, melhora no manejo agrícola e pecuário nos Sistemas Agroflorestais (SAFs) e fortalecimento do protagonismo feminino (Carvalho; Lago, 2020; Fantineli; Cardoso, 2019).

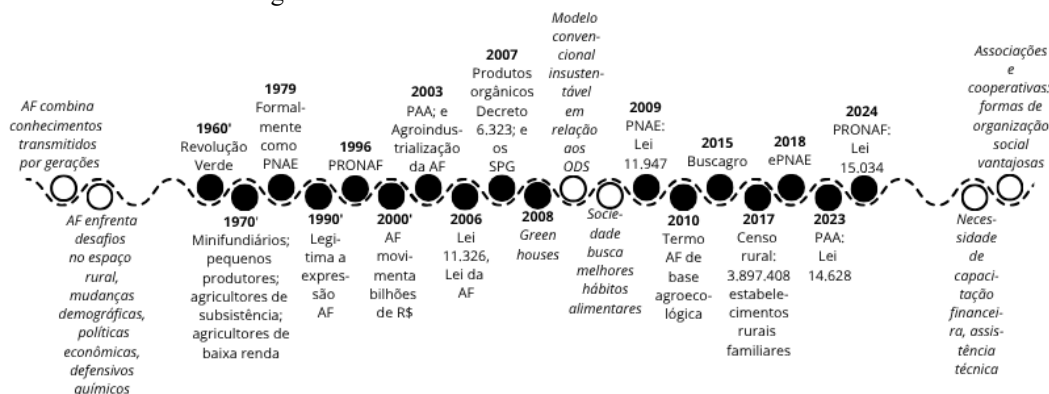
Neste aspecto deve existir a tecnologia da informação e comunicação (TIC), como capaz de amenizar a carência informacional do produtor, o que pode ser implementado com políticas públicas que contribuam para a diminuição dessa desigualdade (Affonso; Perroni, 2016), como nos exemplos dos aplicativos *GreenHouses*, *Buscagro* e *ePNAE*.

No *GreenHouses*, de 2008, o agricultor aprimora os métodos de produção em cultivo protegido, com maior retorno financeiro (Silva; Sanches, 2016). O *Buscagro*, de 2015, facilita a interação entre comprador e produtor, com combinações baseadas nos cadastros de oferta e demanda, onde produtores acessam compradores e estes localizam agilmente os produtos (Loiola; Fonseca, 2015). E no *ePNAE*, de 2018, pais, alunos, professores, nutricionistas e conselheiros acompanham e avaliam a alimentação oferecida nas escolas (Brasil, 2024b).

Para somar às TICs, a AF necessita de capacitação financeira, assistência técnica e produtiva e gestão integrada dos recursos naturais, além da criação de bancos de sementes (Fernandes *et al*, 2018). Há também dificuldades de financiamento e investimento e falta de capital de giro, que influencia suas chances no mercado capitalista (Freitas *et al*, 2009). Assim, modernizar a AF é importante, ainda que o agronegócio produza em grande escala, a sociedade deve ter como alternativa um estilo de vida mais saudável.

A agricultura convencional utiliza, sistema agrícola artificial e mecanizado, fertilizantes agroquímicos, combustíveis fósseis, excesso de água e energia e alto investimento financeiro para armazenar, embalar e transportar (Abreu; Watanabe, 2016).

Figura 1. Momentos históricos sobre a AF no Brasil



Fonte: elaboração própria

Nessa lacuna, ao acessar a lógica institucional Mercado, a AF desafia redes varejistas, por praticar circuitos curtos como feiras, vendas diretas, plataformas digitais e entrega à domicílio, voltados ao consumo consciente e às ações coletivas (Bischof, 2018). Assim, unir tecnologia e mercado também se legitima pela certificação dos produtos agroecológicos como

orgânicos, Decreto nº 6.323/2007, reforçados por Sistemas Participativos de Garantia (SPG), caracterizados por controle social e responsabilidade solidária (Santos *et al*, 2018).

A reorganização dos modos produtivos é crucial à sobrevivência da AF no semiárido e a ação coletiva, com cooperativas e associações, proporciona benefícios que seus integrantes não alcançariam isoladamente (Santos *et al*, 2013).

### 3 METODOLOGIA

O estudo qualitativo e indutivo, realizou a sensibilização teórica sobre semiárido (na introdução) e AF (na fundamentação teórica) e dos dados da OCB e da ASA, haveria um custo elevado para acessar dados primários de organizações de AF no semiárido alagoano nos 10 municípios indicados. Por isso, a coleta se deu com dados secundários, mais ágeis e acessíveis, devido às impossibilidades de tempo e recursos para coletar *in loco* (Faccin; Martins, 2022), ampliada aos 42 municípios do semiárido alagoano.

Para coletá-los foi acessado o buscador eletrônico *Google*, com uso da expressão “agricultura familiar+semiárido alagoano”, que gerou o total de 200 *links*, incluídos reportagens, notícias, redes sociais e vídeos, excluídos os que tratavam de outros estados, artigos, eventos e simpósios científicos, editoras e canais de compras online.

Os destaques foram 11 organizações com, no mínimo, 2 *links* sobre a AF no semiárido de Alagoas: Portal de notícias G1, Portal de notícias TNH1, ASA, Centro Xingó, Associação dos Municípios de Alagoas (AMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), MDS, Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SEAGRI), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Do total de organizações, o critério para categorizá-las de modo coerente, foi utilizar a abordagem teórica lógicas institucionais, que, conforme Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), são: Estado, Mercado, Comunidade, Família, Corporação, Profissão e Religião. Destas, as organizações foram assim distribuídas: i) Estado: AMA; EMBRAPA; MDS; SEAGRI; UFAL; BB; e BNB; ii) Mercado: G1; e TNH1; e iii) Comunidade: ASA e Centro Xingó.

Para interpretar os dados, foi utilizado o método análise de conteúdo (AC), de Bardin (2011), que visa a representação condensada da informação para consulta e armazenamento, na sequência: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados.

Na pré-análise, houve o acesso aos documentos, em que todos foram salvos no formato *Portable Document Format* (pdf), para, indutivamente, torná-los operacionais e sistematizar as ideias iniciais dessa leitura geral, flutuante. Do material textual, 130 arquivos foram acessados, mas 66 compuseram o *corpus* (validados, por tratarem de fato da AF no semiárido alagoano), gerando 200 páginas (média de 3 por informação), entre 2004 e 2025 (21 anos).

O tipo de grade nesta AC foi aberto, sem pré-estabelecer indicadores (unidades de registro), mas estar aberto a todo elemento temático/ semântico (palavras, trechos de frases) que surgir e, nomeá-los, livremente, conforme o significado em cada texto acessado.

A exploração do material envolveu operações de codificação, composição e (re)significação dos dados (elementos textuais) coletados, para constituir as unidades de registro e de contexto, os indicadores, amadurecidos até alcançarem a fase de categorias. Isso foi feito com o uso de diferentes cores para: 1º) marcar cada tipo de elementos semânticos textuais que surgiu; 2º) inspirar a construção de tema(s); e 3º) amadurecer essas unidades.

Nesse processo indutivo, 9 unidades de registro emergiram, livremente, ou seja, 9 cores diferentes foram utilizadas: caracterização do olhar dos atores sobre o semiárido alagoano (verde); geográfica espacial/municípios (azul); campo institucional do semiárido alagoano (amarelo); tecnologia (laranja); lógicas institucionais (margenta); feiras, prêmios e exposições (cinza); programas (vermelho); e leis (roxo).

Após as marcações nos textos, foi constituído um quadro para unir as informações dos 66 arquivos. A representação do quadro na coluna “Trechos dos textos (elementos)” está no

formato síntese, pois o original tem a dimensão de 10 páginas, onde há informações que se repetem, o que significou fortalecimento do tema e da unidade de registro constituída.

Dos elementos, emergiram temas, que amadureceram às unidades de registro: “Caracteriza o olhar dos atores”, “Geografia espacial”, “Campo institucional do semiárido alagoano”, “Tecnologia”, “Lógicas”, “Feiras e exposições”, “Programas” e “Leis”.

Quadro 1. Síntese da construção das unidades de registro

Trechos dos textos (elementos)	Temas	Unid. de registro
<b>Verde:</b> Seca; desertificação; acesso e a qualidade da água; pior seca dos últimos 50 anos; Dependência e distribuição inconstante de água pelos carros-pipa; solo infértil; energias renováveis; fome;...	Seca; Desertificação; Água; Degradação; Fome; Insegurança alimentar; Desigualdade; aspectos positivos	Caracteriza o olhar dos atores
<b>Azul:</b> Arapiraca; Água Branca; Pariconha; Mata Grande; Olivença, Carneiros; Monteirópolis; Olho D'Água das Flores, Major Isidoro; Batalha; Palestina; Jacaré dos Homens; Pão de Açúcar;...	Municípios	Geografia espacial
<b>Amarelo:</b> ASA; Seagri; Unicafe; MDS; Ministério da Integração; Semarh; Organização de Preservação Ambiental; UFAL; Monitor de Secas da SEMARH; INSA; BNB; UNEAL; FNE...	Instituições/ organizações (governo, universidade, empresas, associações)	Campo institucional do semiárido alagoano
<b>Laranja:</b> cisternas de placa; sistemas coletivos de abastecimento; sistemas de irrigação; barragens de água pluvial; construção de barreiras; cisternas de “plástico”; cisterna enxurrada e calçadão...	Tecnologias sociais/ações de convivência	Tecnologia
<b>Margenta:</b> famílias residentes nas áreas rurais; mulher agricultora familiar; jovem agricultor; agricultores familiares; pequenos agricultores familiares; capacitação de pedreiros da comunidade...	Família; comunidade	Lógicas
<b>Cinza:</b> Feira Alagoana da Agricultura Familiar e Economia Solidária; Encontro Nacional da ASA; XVI Prêmio de Microfinanças; VII Prêmio de Agricultura Familiar;...	Feiras; Exibições; Exposições; Prêmios; Reunião	Feiras, prêmios e exposições
<b>Vermelho:</b> Água Para Todos; PEATER; Cisternas; Banco de Sementes Crioulas; PROATER; P1+2; P1MC; Pronaf; PNAE; PAA; PAA Sementes; Leite do PAA; Fomento Rural;...	Programas de apoio/Incentivo; investimentos	Programas
<b>Roxo:</b> 6.903/2008 (estadual); 11.947/2009 e 13.153/2015 (federais)	Leis	Leis
<b>Marrom:</b> Lentidão operacional do MDA para realizar o CAF	Atraso; empecilho	Atraso

Fonte: elaboração própria

Ao revisar os elementos constituintes, foi identificado que estes poderiam, nas mesmas unidades de registro, ser re(agrupados), mantendo o critério das especificidades. E, deste ponto, foi utilizado o *chatbot*, inteligência artificial (IA), *ChatGPT* ([www.chatgpt.com](http://www.chatgpt.com)), para auxiliar na denominação das categorias. Das elaboradas, uma foi escolhida para cada.

A unidade de registro “caracteriza o olhar dos atores”, constituiu 6 categorias: “aridez”, “hidrossanidade”, “desenvolvimento rural”, “insegurança”, “segurança alimentar” e “inovação sustentável”. Já a “Geografia espacial”, constituiu a categoria “Municípios”.

À unidade “Campo institucional do semiárido alagoano”, 10 categorias foram constituídas: “organizações comunitárias”, “agências federais”, “organizações financeiras”, “organizações internacionais”, “ensino e pesquisa”, “governo estadual”, “suporte e capacitação”, “organização religiosa”, “população rural” e “comunidades tradicionais”.

A unidade “tecnologia”, gerou 3 categorias: “tecnologias sociais hídricas”, “banco de sementes” e “tecnologias sustentáveis”. Já a unidade “Feiras, prêmios e exposições”, a categoria foi denominada de “eventos”. Em relação a unidade “Programas”, as 6 categorias foram: “desenvolvimento rural sustentável/Estadual”; “desenvolvimento hídrico sustentável/Federal”; “desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ federal”; “crédito rural”; “desenvolvimento comunitário”; e “assistência social”. E a unidade “Leis” se manteve.

Quadro 2. Síntese dos dados que constituíram as categorias (continua)

Unid. de registro	Reagrupamento dos trechos dos textos (elementos) por temas	Categoria
Caracteriza o olhar dos atores	Seca; Pior seca dos últimos 50 anos; Desertificação; Desmatamento e a perda da vegetação; Degradação...	Aridez
	Acesso á água com qualidade; redução de doenças relacionadas à água contaminada; melhoria da qualidade de água consumida...	Hidrossanidade
	Promoção de desenvolvimento sócio-econômico; Fábrica secadora de leite em pó; Casa do Mel; Geração de emprego e renda...	Desenvolvimento rural
	Fome; Insegurança alimentar; Pobreza; Desigualdade; vulnerabilidade social; alta vulnerabilidade socioeconômica...	Insegurança
	Alimentação saudável entre os estudantes da Rede Pública; maior oferta de alimentos como combate à fome;...	Segurança alimentar
	Energias renováveis; ações no combate ao empobrecimento do solo; fortalecer quintais produtivos; Energia solar;...	Inovação sustentável
Geográfica/ Espacial	Arapiraca (1); Maravilha (1); Água Branca (4); Pariconha (3); Mata Grande (4); Olivença (3); Carneiros (2); Monteirópolis (2)...	Municípios
Campo institucional do semiárido alagoano	ASA; MMTRP; MPA; Terra Viva; Coopabacs; Apimar; CPLA...	Org. comunitárias
	Conab; Codevasf; Min. Agricultura; MDS; Min. Integração...	Agências federais
	BNDES; BNB; FNE; FUNDECI; Fund. BB; BB...	Org. financeiras
	FIDA; ONU...	Órg. internacionais
	Fapeal; Capes/ CNPQ; IFAL; Lapis/ UFAL; INSA; Embrapa...	Ensino e pesquisa
	Gov Alagoas; Seagri; Sedics; AMA; Semarh; Emater; Fecoepl...	Governo estadual
	OPA; Unicafe; Centro Xingó; Sebrae...	Suporte e capacitação
	Cáritas	Org. religiosa
	Famílias agricultoras; pequenos agricultores familiares; mulher agricultora familiar; homem do campo; jovem agricultor...	População rural
	Comunidades quilombolas; indígenas; assentados reforma agrária...	Comunidades tradicionais
Tecnologia	Cisternas de placa; cisternas de enxurrada; cisterna calçadão; cisternas de plástico; construção de barreiras; kits de irrigação...	Tecnologias sociais hídricas
	Banco de sementes crioulas...	Banco de sementes
	Tanques de pedra; fogão agroecológico; biodigestor; canteiros	Tecnologias

	econômicos; dessalinizador caseiro...	sustentáveis
Feiras, prêmios e exposições	Feira Alagoana da Agric. Familiar e Econ. Solidária; EnconASA; XVI Prêmio de Microfinanças; VII Prêmio de AF...	Eventos
Programas	Plano de ação estadual para combate à desertificação e mitigação dos efeitos de Seca; Projeto de fortalecimento do algodão...	Desenvolvimento Rural Sustentável/ Estadual
	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER); P1+2; PIMC; Água para todos; Canal do Sertão...	Desenv. hídrico sustentável/ Federal
	Pronaf; PNAE; PAA; Sementes; Leite do PAA; PAA sementes...	Desenv. agrícola e segurança alimentar/ Federal
	PRODETER (BNB); Agroamigo (BNB); Sertão Vivo (BNDES)...	Crédito Rural
	Prog. Quintais das Margaridas; Projeto Dom Hélder Câmara; Projeto Daki Semiárido Vivo...	Desenvolvimento Comunitário
	Cadastro Nac. da Ag. Fam. (CAF); CadÚnico; Fomento Rural; Cozinha Solidária; Siraf; Plano Safra; Bolsa Verde; Bolsa família...	Assistência Social
Leis	6.903/2008 (estadual); 11.947/2009 e 13.153/2015 (federais)	Leis

Fonte: elaboração própria

E no tratamento, as categorias foram associadas aos aspectos empíricos e teóricos.

Quadro 03. Sequência da AC para o estudo

Etapas	Ações	Operacionalização	Observações
Pré-análise	Leitura geral (flutuante) do material	Qual o contexto de interesse?	O contexto foi AF no semiárido de Alagoas e deste foi realizada a sensibilização teórica
		Quais impressões contextuais iniciais?	Da sensibilização, pelo buscador eletrônico <i>Google</i> , em 2 filtragens, 11 organizações se destacaram
	Selecionar o corpus	Corpus (total do material relevante)	De 130 arquivos, excluindo as repetições, 66 tratam de AF no semiárido de Alagoas. 200 páginas, com informações que variaram entre 2004 e 2025 (21 anos)
	Elaborar: quadro teórico; e objetivo	Relação com o contexto de interesse	Agrupar as 11 organizações em lógicas institucionais
		Objetivo do estudo	Aproximar a sensibilização teórica ao contexto de interesse, inerente às lógicas institucionais
	Tipo de grade	Fechada (dedução) ou Aberta (indução)?	Aberta, sem pré-estabelecer indicadores (unidades de registro) porque estes emergem dos dados empíricos
	Qual o esquema de codificação?	Semântica (palavras, frases) ou Sintaxe?	Semântica, dos elementos textuais dos recortes dos trechos de frases e palavras dos 66 arquivos
Exploração	Identificar unidades de registro	Tema	Constituir o máximo de indicadores (unidades) possíveis para agrupar as informações por temas
	Identificar unidades de contextos	Qual o contexto?	Revisar se as unidades de registro estão alinhadas ao contexto AF no semiárido de Alagoas
	Descrever categorias	Agrupar e reagrupar exaustividade	(Re)agrupar os indicadores (unidades) até alcançar saturação dos dados (sem mais nada de novo surgir)
Tratamento	Interpretar os resultados (síntese)	Relacionar à teoria; construir quadro(s)	Aproximar as abordagens Semiárido, AF e Lógicas institucionais aos achados – empíricos – da pesquisa

Fonte: adaptado de Bardin (2011)

#### 4 DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados empíricos identificados sobre AF no semiárido alagoano, foram interpretados a partir da abordagem lógicas institucionais, que Friedland e Alford (1991) as reconhecem como os padrões de atividade supraorganizacional em que seres humanos

conduzem suas vidas materiais (no tempo e no espaço) e imateriais (simbólicos e culturais) e categorizam suas atividades e inserem significados.

Nessa convivência heterogênea, o Mercado representa a troca de bens e serviços via recursos financeiros (Thorton; Ocasio; Lounsbury, 2012). A Comunidade serve de referência a crenças e ações em determinado contexto e atua pelo desejo de pertença de seus integrantes, baseada na confiança mútua, reciprocidade e satisfação em fazer parte do grupo (Reay; Hinnings, 2009; Thorton; Ocasio; Lounsbury, 2012). E o Estado racionaliza a atividade humana por meio de hierarquias burocráticas (Thorton; Ocasio, 2008).

#### **4.1 Lógica de Mercado**

Para o Mercado, seca, desertificação e escassez de água são os principais desafios do semiárido alagoano, pois afetam a capacidade competitiva e a eficiência produtiva e limitam o desenvolvimento socioeconômico.

Reconhece, desde 2003, os programas de tecnologias sociais para captar água da chuva, via cisternas, além dos que incentivam à comercialização do excedente produtivo às escolas e voltados à preservação de sementes crioulas, estas repassadas por gerações e livres de agrotóxicos e mudanças genéticas, o que reforça a postura de Ximenes, Silva e Brito (2019), sobre as produções sustentáveis dos recursos naturais por meio da AF.

Sobre captar água da chuva, os destaques são: Água Para Todos, voltados às cisternas, sistemas coletivos de abastecimento e *kits* de irrigação às famílias; 1 Milhão de Cisternas (P1MC), por formar e mobilizar a comunidade na construção de cisternas de placa (alvenaria), em pequenas propriedades rurais; Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que além da subsistência estimula a irrigação. E, para a comercialização do excedente, o destaque é o PNAE. Sobre a geografia, são enfatizados municípios do Sertão em relação aos do Agreste.

Já as organizações atuantes, os destaques, em sequência, são do Estado e da Comunidade. Do Estado, o BNB, Fundação Banco do Brasil (FBB), Governo de Alagoas, MDS, Ministério da Integração, Defesa Civil, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e UFAL. E da Comunidade, União Nacional das Cooperativas da AF e Economia Solidária (Unicafes); ASA; e Organização de Preservação Ambiental (OPA).

Há também o destaque ao aspecto técnico, os treinamentos e a oferta de novos saberes e tecnologias para aumentar a produção, melhorar o uso dos recursos naturais e diminuir os danos ao meio ambiente, resultando em mais segurança alimentar, empregos e renda.

A desigualdade de gênero reforça a sobrecarga de tarefas feminina, com acúmulo de responsabilidades domésticas e agrícolas, percorrer longas distâncias para buscar água, o que impacta na saúde e bem-estar e limita o acesso à educação e ao desenvolvimento.

E quanto aos eventos, destaca: 1ª Feira Alagoana da Agricultura Familiar e Economia Solidária, com participação de cooperativas, associações e grupos de agricultores familiares, de 24 municípios; e o Encontro Nacional da Asa (EnconASA), com debates político-organizativos sobre a convivência com o semiárido.

#### **4.2 Lógica da Comunidade**

Entre os dados, os dados focam nas crises ambiental e social, degradação e empobrecimento do solo, especialmente o desmatamento da Caatinga, aceleração da desertificação que compromete o equilíbrio ecológico e a sobrevivência comunitária.

Dos programas, destaca o: Pronaf, o investimento que oferece crédito para fortalecer a AF; PNAE, garante alimentação saudável nas escolas a partir de produtos locais; PAA, gera segurança alimentar ao adquirir alimentos da AF para distribuir às pessoas em situação de insegurança alimentar; PAA Sementes, voltado ao saber local, por apoiar a produção agrícola adquirindo sementes locais (crioulas); P1MC e P1+2, pela segurança hídrica e subsistência; Quintais das Margaridas, foco no protagonismo feminino ao incentivar a criação de quintais produtivos para subsistência e geração de renda. Tais programas são instrumentos

dinamizadores da economia local quando os alimentos são adquiridos diretamente de agricultores familiares da região (Schwartzman *et al.* 2017). Ou seja, conviver com o semiárido valoriza autonomia, protagonismo social e desenvolvimento regional, com gestão sustentável dos recursos naturais em benefício do bem-estar (Ximenes; Silva; Brito (2019).

Dos atores institucionais, enfatiza, do Estado: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), por apoiar a AF com o Pronaf e o P1MC; BNDES, por financiar projetos sustentáveis; BNB, com o programa de microcrédito, Agroamigo; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o órgão estadual que apoia a AF com capacitação técnica. Também considera órgãos de ensinos superior e técnico, como UFAL, a Estadual de Alagoas (UNEAL) e Instituto Federal de Alagoas (IFAL), que contribuem com pesquisas e extensão, reforçando a capacitação técnica (Fernandes *et al.*, 2018).

O destaque para as organizações comunitárias está para: a ASA, que promove seus eventos nacional (Econasa) e estadual (EneASA), para discutir soluções locais; e o Centro Xingó, por organizar eventos científicos, iniciativas e tecnologias em parceria com a Segari.

São valorizados ainda os saberes tradicionais para criar soluções, unindo conhecimento ancestral às novas tecnologias. E, sobre gênero, reforça o protagonismo feminino como importante para o semiárido de Alagoas.

Dos aspectos legais, são identificadas as Leis 6.903/2008 (estadual), 11.947/2009 e 13.153/2015 (federais). A 6.903 cria o Programa Estadual de Bancos Comunitários de Sementes Crioulas, para resgatar, multiplicar e abastecer as comunidades com sementes de variedades locais. A 11.947/2009 regula o PNAE. E a 13.153/2015 mitiga os efeitos da seca e promove convivência a partir de infraestrutura hídrica, com cisternas e barragens e canteiros.

#### **4.3 Lógica do Estado**

Aqui, o tema combate à fome se volta à insegurança alimentar e no quanto o leite é essencial à nutrição humana. Mas, também cita a lemna, planta promove até 30% da proteína necessária ao peixe, viabilizando a criação e reduzindo a dependência de rações. Ou seja, já incorpora estratégias para a convivência com o semiárido, em contraposição à histórica abordagem de apenas combater, com projetos que fornecem ajuda imediata, com abastecimento de água via carros-pipa, distribuição de cestas básicas e alimentos (Filho *et al.*, 2013). Ainda que enfatize a “sobrevivência” como condição à população local.

Isso porque, do tema água, por exemplo, se revelam vulnerabilidades social e econômica, quando o semiárido é considerado um local de seca, pobreza e de difícil sobrevivência, devido, conforme Andrade *et al.* (2016), a perspectiva do quanto seu solo é raso e de baixa fertilidade, impactando, negativamente, a economia e a qualidade de vida.

Sobre o acesso à água com qualidade, o tema indica desafio à região, pois sua escassez gera problemas aos agricultores com a perda de produção agrícola e criação de animais, que restringe o acesso à renda, causa desnutrição e doenças (Melchiori: Rodrigues; Aoqui, 2022).

As alternativas elencadas são as tecnologias sociais, tipo: cisternas; sistemas de criação de peixes em recirculação/ reutilização de água; biodigestores, com uso de esterco bovino para produzir gás de cozinha, reduzindo os custos para o agricultor manter sua casa.

São enfatizados eventos como o VII Prêmio de Agricultura Familiar, que valoriza as práticas de AF, quanto a Reunião da Câmara Temática da Agricultura Familiar (CAF), onde são apresentados por gestores públicos, compromissos locais.

O Estado também destaca seus recursos financeiros para gerenciar programas sociais, alimentares, de manejo, de tecnologia da informação e infraestrutura, como o: Dom Hélder Câmara para o Semiárido; AgroNordeste; Distribuição de Alevinos; Cisternas; Fomento Rural; Plano Safra da AF; Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Garantia-Safra; Sertão Vivo; Irriga Alagoas; Canal do Sertão; PAA Leite; Leite do Coração; Brasil Sem Fome; Cozinhas Solidárias; PNAE; Bolsa Verde; Bolsa Família; Planta Alagoas, para beneficiar a AF quilombola, indígena e de assentados pela reforma agrária; Sistema de

Informação Regional da Agricultura Familiar do Nordeste (SIRAF/NE), plataforma capaz de mapear e organizar a produção da AF nos 9 estados do Nordeste, para ampliar a participação da AF e seu acesso a outros mercados; e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que reúne informações sobre famílias de baixa renda no Brasil, utilizado para incluí-las nos programas sociais, como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O destaque para organizações do Mercado está no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atua com capacitação técnica e organização de eventos para estimular a comercialização de produtos da AF. Isso porque há organizações com dificuldades tipo a falta de financiamentos e investimentos, defasagem tecnológica dos equipamentos e falta de capital de giro e por isso precisam articularem para aumentarem as chances de sobreviverem no mercado capitalista (Freitas *et al.*, 2009).

Dos órgãos do Estado enfatizados, há tendência entre os: federais, do tipo 1) desenvolvimentistas (ministérios e companhias), como o MDS e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF); 2) financeiros, o Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e 3) educacionais (foco na pesquisa e no ensino), tipo CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior (CNPq), EMBRAPA e IFAL; e estaduais, do tipo 1) desenvolvimentista, a Seagri, Secretaria de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SEDICS), EMATER, a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES) e AMA; e 2) educacionais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

Já das organizações da Comunidade, reconhece o Centro Xingó, este tem parceria com a Seagri, a Casa do Mel, a Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas (CPLA), a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar do Baixo São Francisco (COPPABACS), o Instituto Terraviva e a ASA. E em nível internacional, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)/ONU.

Na perspectiva geográfica, os municípios evidenciados são os da mesorregião Sertão em relação aos do Agreste. E, entre as leis, as nº 6.903/2008, 11.947/2009 e 13.153/2015.

#### **4.4 Síntese das lógicas institucionais**

A partir do que é enfatizado por cada uma das 3 lógicas institucionais, das categorias emergentes, Estado e Comunidade se destacam. Àquela, desde os anos 1900, possui órgãos atuantes. E esta, em 1999, alcança legitimidade. Para considerá-las, são apresentados dados: específicos de cada uma; similares a duas lógicas, concomitantemente; e o que é unanimidade.

As categorias e temas específicos e destacados pelo Estado, são: hidrossanidade; insegurança; segurança alimentar; organizações comunitárias; organizações internacionais; ensino e pesquisa; governo estadual; suporte e capacitação; população rural; comunidades tradicionais; tecnologias sustentáveis; desenvolvimento hídrico sustentável; desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ federal; crédito rural; e assistência social.

A “hidrossanidade” indica a necessidade da população em ter acesso à água com qualidade. A “insegurança”, considera aspectos como fome, pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica. A “segurança alimentar” trata da alimentação saudável à estudantes e considera o leite como essencial.

Sobre “organizações comunitárias”, destaca a Coppabacs, vinculada a sementes, CPLA, segmento leiteiro, além do Instituto Terra Viva, focado em ecologia, com projetos e ações educativas. As “organizações internacionais”, aproxima a ONU ao semiárido alagoano. Já a “ensino e pesquisa”, ressalta a Fapeal, CAPES/CNP, IFAL e Embrapa. E, do “governo estadual”, considera tanto a AMA quanto a Emater.

Em relação a “suporte e capacitação”, enfatiza o Sebrae. Sobre “população rural”, os estudantes de escolas públicas. Já a “comunidades tradicionais”, considera quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária. E a “tecnologias sustentáveis” foca nos

biodigestores e na criação de peixes por meio da recirculação de água.

A categoria “desenvolvimento hídrico sustentável”, considera o Canal do Sertão. A “desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ federal”, o PAA Leite. A “crédito rural”, reforça o Sertão Vivo, do BNDES. E, a “assistência social”, os programas são o CadÚnico, Fomento rural, cozinha solidária, Siraf, Plano Safra, Bolsa Verde e Bolsa Família.

Para a lógica da Comunidade, as categorias ressaltadas, voltadas à convivência com o semiárido, são: “aridez”; “inovação sustentável”; e “desenvolvimento comunitário”.

A “aridez”, alerta ações para reduzir a degradação, desertificação, desmatamento e perda da vegetação da Caatinga. A “inovação sustentável”, sobre o uso da planta lemna para nutrir os peixes, assim como os quintais produtivos. E, a “desenvolvimento comunitário”, ressalta os projetos Quintais das Margaridas (voltado ao protagonismo feminino) e o Dakar Semiárido Vivo, para apoiar a gestão e o compartilhamento de saberes locais.

E a lógica do Mercado, tem sua perspectiva diferenciada na categoria “organização religiosa”, ao indicar a organização de base católica, a Cáritas, associada à ASA.

Sobre as categorias similares a duas lógicas, concomitantemente, as representativas ao Mercado e Comunidade, são: “organizações financeiras”, sobre as ações do BNB no semiárido; “ensino e pesquisa”, em relação à UFAL e seu grupo de pesquisa, o Lapis; e “desenvolvimento territorial sustentável/federal”, com o P1MC.

Entre Mercado e Estado há a categoria “agências federais”, a partir do MDS, um dos ministérios responsáveis pelos programas voltados à tecnologias sociais.

Já entre Comunidade e Estado, há: “organizações financeiras”, foco no BNDES; “ensino e pesquisa”, o IFAL; “governo estadual”, a Seagri; “suporte e capacitação”, o Centro Xingó; “desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ federal”, Pronaf e PAA; e “leis”, estadual, 6.903/2008 e federais, 11.947/2009 e 13.153/2015.

E as categorias e temas unanimidades, que passam a indicar a singularidade temática da AF do semiárido alagoano, são: “organizações comunitárias”, a ASA; “tecnologias sociais hídricas”, as cisternas de placa; “banco de sementes”, as sementes crioulas pelo Programa Estadual Banco de Sementes; “desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ federal”, o PNAE; e os municípios, que destacam à mesorregião Sertão.

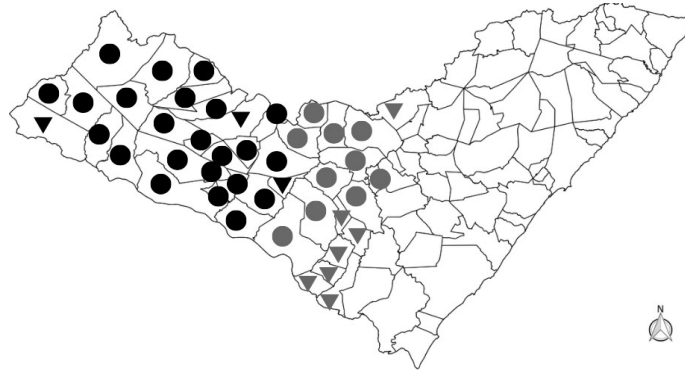
Quadro 4. Categorias enfatizadas especificamente e as compartilhadas pelas lógicas institucionais

<b>Estado</b>	Hidrossanidade; insegurança; segurança alimentar; organizações comunitárias; organizações internacionais; ensino e pesquisa; governo estadual; suporte e capacitação; população rural; comunidades tradicionais; tecnologias sustentáveis; desenvolvimento hídrico sustentável; desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ federal; crédito rural; e assistência social.
<b>Comunidade</b>	Aridez; inovação sustentável; e desenvolvimento comunitário.
<b>Mercado</b>	Organização religiosa.
<b>Mercado e Comunidade</b>	Organizações financeiras; ensino e pesquisa; e desenvolvimento territorial sustentável/federal.
<b>Mercado e Estado</b>	Agências federais.
<b>Comunidade e Estado</b>	Organizações financeiras; ensino e pesquisa; governo estadual; suporte e capacitação; desenvolvimento agrícola e segurança alimentar; e leis.
<b>Mercado, Comunidade e Estado</b>	Organizações comunitárias; tecnologias sociais; banco de sementes; desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ federal; e municípios.

Fonte: elaboração própria

Para ilustrar, os municípios em cor preta compõem a mesorregião Sertão e os cinza, a Agreste. Os triângulos representam os não citados nos arquivos que compuseram o *corpus*. Os dados coletados sobre AF no semiárido de Alagoas vão além dos considerados pelo OCB (2024) e Asa Alagoas (2025), envolvendo quase todo o semiárido.

Figura 2. Ações da AF no semiárido de AL enfatizados pelas lógicas institucionais



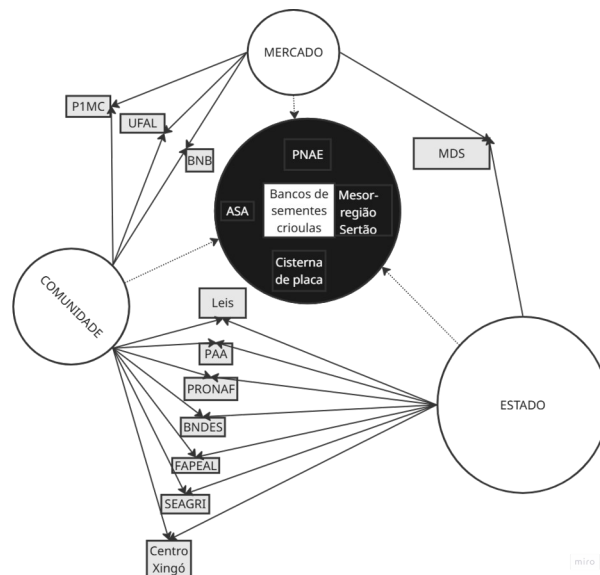
Fonte: elaboração própria, a partir do aplicativo canva.com

As ações que se iniciam a partir de 1999, com a criação da ASA e que impactam o semiárido brasileiro, se refletem em Alagoas, tanto por ainda representar a ação majoritária do Estado, que redireciona parte de suas ações, de apenas unilaterais às que se aproximam da Comunidade, constituindo, segundo Zilber (2013), uma relação institucional de convergência, constituída pela elaboração e execução de programas, com destaque os federais, por parte de órgãos como BNB, MDS e BNDES, além do estadual, por meio da SEAGRI.

Os programas P1MC, PRONAF e PNAE foram os relevantes e, para Esquerdo e Bergamasco (2015), o acesso a projetos e programas direcionados ao agricultor foi facilitado pela promulgação da Lei da AF, em 2006. Por isso, Carvalho e Lago (2019), consideram que as tecnologias sociais utilizadas pela AF promovem o desenvolvimento social, ampliam a inclusão e buscam alternativas para solucionar problemas socioeconômicos e ambientais. Isso traz eficiência técnica e desenvolvimento do espaço familiar, com aumento da capacidade de produção, melhoria na qualidade do produto e geração de renda (Carvalho; Lago, 2020).

Além disso, as organizações de ensino e pesquisa enfatizadas, são UFAL, FAPEAL e Centro Xingó. Contudo, como unanimidade da AF do semiárido de Alagoas, a unanimidade nas perspectivas do Mercado, da Comunidade e do Estado, é a categoria banco de sementes crioulas, vinculada à ação do governo estadual Programa Banco Comunitário de Sementes.

Figura 3. Temas enfatizados e centrais sobre AF no semiárido de AL



Fonte: elaboração própria

Essa categoria, em especial, indica que seu desenvolvimento não se restringe a avanços materiais, tipo econômicos e ambientais, mas, imateriais, como sociais e culturais, quando as comunidades locais desempenham um papel essencial na construção, manutenção e (re)produção, devido seu vasto conhecimento sobre manejo do solo, cultivo de plantas

adaptadas ao clima e a gestão sustentável da água (Carvalho, 2012). Assim sendo, devem existir ações de capacitação e conscientização da AF para a criação e manutenção de bancos de sementes crioulas, capazes de mitigar os desafios locais (Carvalho; Lago, 2020).

Os dados apresentaram que a AF não apenas demonstra maior respeito pelo meio ambiente, mas também é a que mais gera emprego e fortalece o desenvolvimento local, ao distribuir melhor a renda, potencializar a economia do município e contribuir para a redução do êxodo rural, desempenhando, ainda por cima, um importante papel cultural para o país (Gomes; Cezar, 2018). Por isso, essas singularidades em Alagoas devem ser consideradas.

## 5 CONSIDERAÇÕES

O objetivo do estudo que foi identificar, no semiárido alagoano, as singularidades sobre sua AF, a partir das lógicas institucionais, reconhece que, como no cenário nacional, o Estado ainda é o ator institucional mais representativo devido os programas e seus órgãos.

Para a AF no semiárido alagoano, dos exemplos federais, há: o BNB e o BNDES, que compuseram a categoria “crédito rural”; o Pronaf, a categoria “desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ Federal”; o P1MC, primeiro a instalar cisternas nas comunidades rurais do semiárido, da categoria “Desenvolvimento hídrico sustentável/ Federal”; o PAA, pela categoria “desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ Federal”, quando a CONAB gerencia a compra de alimentos rurais para suprir as necessidades comunitárias vulneráveis; e o MDS, pela categoria “agências federais”, como responsável por investimentos e políticas vinculadas às tecnologias sociais. E o órgão destaque para a categoria “ensino e pesquisa”, foi a UFAL, com grupos de pesquisa com agendas sobre o semiárido e/ou a AF.

Dos órgãos estaduais, a Seagri, vinculada à categoria “governo estadual”, trata das políticas agrícolas para a AF em Alagoas e a FAPEAL, que constitui a categoria “ensino e pesquisa”, com editais de pesquisa para projetos com foco agrícola.

Na perspectiva da lógica da Comunidade, o Centro Xingó é representativo, por compor a categoria “suporte e capacitação” e estimular o uso de tecnologias sociais, atraindo agricultores e pesquisadores para cursos e eventos em seu espaço físico.

Como aspectos unânimes à AF do semiárido de Alagoas, representativos para Estado, Comunidade e Mercado, a organização ASA (vinculada a categoria “organizações comunitárias”) é a que mais aproxima atores estatais e comunitários em prol da convivência com o semiárido. De sua representatividade, o PNAE, inerente à categoria “desenvolvimento agrícola e segurança alimentar/ Federal”, indica que a AF local já comercializa o excedente produtivo, o que é um fator que mobiliza prefeituras e órgãos federais e estaduais de ensino a adquirirem seus alimentos. Todos esses aspectos são considerados, em sua maioria, em municípios da mesorregião Sertão, em relação à Agreste, ainda que quase todo o semiárido alagoano é considerado por essas lógicas no *corpus* acessado.

Como elemento unânime, o considerado é o Programa Estadual Banco de Sementes Crioulas, que compõe a categoria “Desenvolvimento Rural Sustentável/ Estadual”, pois une aspectos materiais – a semente em si – e imateriais – a memória, a troca de saberes e o simbolismo repassado por gerações. Isso aproxima Friedland e Alford (1991), quando defendem que as lógicas institucionais, ao mesmo tempo, representam os padrões de atividade supraorganizacional através de seres humanos que conduzem suas vidas materiais no tempo e no espaço, além de sistemas imateriais, simbólicos através dos quais categorizam suas atividades e inserem significado. Ou seja, as sementes crioulas indicam o condutor das ações comunitárias, estatais e de mercado em convivência, constituindo, segundo Zilber (2013), uma relação institucional de convergência.

A sensibilização teórica do estudo, semiárido e AF, foram importantes para compreender uma das dinâmicas do semiárido, a vinculada à AF, com a especificidade para Alagoas, diferente da AF no sul ou sudeste do Brasil. Esse enriquecimento científico pode instigar outros estudos na área, a partir de dados primários, ou ampliando os secundários,

considerando as sementes crioulas como aspecto central, interligando-as aos programas e tecnologias sociais que estimulam o protagonismo, em especial o feminino, alinhado à agendas sustentáveis como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), da ONU.

O método AC, em sua perspectiva indutiva, operacionalizado em abordagem qualitativa, auxiliou no tratamento da grande quantidade de dados secundários, que compôs um *corpus*, de modo a enfatizar elementos, que compuseram unidades de registros emergentes até alcançarem saturação e constituírem categorias. Tal processo auxiliou na identificação da singularidade da AF do semiárido alagoano.

E, como sugestão de estudo futuro, associar as sementes crioulas à lógica institucional da Família, pode aprofundar ainda mais os dados, trazendo elementos e perspectivas dos próprios AF locais, que possuem lugar de fala nesse processo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, L.; WATANABE, M. Agricultores familiares do Sul da Amazônia: desafios e estratégias para inovação agroecológica de sistemas de produção. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 11, n. 5, p. 114-122, 2016.

AFFONSO, E.; PERRONI, V. Tecnologias da Informação e Comunicação na Agricultura Familiar: um olhar na produção científica de Ricardo César Gonçalves Sant'Ana. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 2, n. 1, p. 20-40, 2016.

ANDRADE, S. *et al.* Impactos socioambientais gerados pelas agroindústrias familiares rurais no semiárido nordestino brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**. Pombal – PB, v. 10, n. 1, p. 07-16, 2016.

ASA. **Convivência com o Semiárido: tecnologias sociais**. Recife: ASA, 2024. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/tecnologias-sociais>. Acesso em: 21 dez. 2024.

\_\_\_\_\_. **A ASA**. 2025. Disponível em: <https://asaalagoas.blogspot.com/p/quem-copoe-asa-alagoas.html>. Acesso em: 15/03/2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. Lisboa: Edições, 2011.

BISCHOF, M. *et al.* Construção social de mercados para agricultura familiar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 17 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Delimitação do semiárido alagoano**. 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/carlos/Downloads/Delimita%C3%A7%C3%A3o%20Semi%C3%A1rido%20Alagoano%20\(2024\).pdf](file:///C:/Users/carlos/Downloads/Delimita%C3%A7%C3%A3o%20Semi%C3%A1rido%20Alagoano%20(2024).pdf). Acessado em: 26/03/2025

\_\_\_\_\_. **Epnæ: Aplicativo de Controle Social do PNAE**. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/controle-social-cae/e-pnae>. Acessado em: 05 dez 2024.

BUENO, C.; SILVA, P. Redes de informação como instrumento ao planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: o modelo do programa "PLANEJA" da EMBRAPA. In: **Anais Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural**. Goiânia-GO: Sober, 2014.

CARVALHO, L. Os saberes tecidos no contexto: a vertente educativa da convivência com o semiárido fundamentando novas práticas e metodologias pautadas na contextualização. In: **Anais do III Seminário de educação do campo e contemporaneidade**. Salvador. p.1-16, 2012.

CARVALHO, E.; LAGO, S. A apropriação de inovações na agricultura familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 2, p. 81-119, 2019.

\_\_\_\_\_. Tecnologia social no contexto da agricultura familiar: análise da reaplicação no território Cantuquiriguaçu-Paraná. **Extensão Rural**, v. 27, n. 3, p. 84-105, 2020.

CONTI, I.; SCHROEDER, E. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: Editora IABS, 2013.

DAMASCENO, N.; KHAN, A.; LIMA, P. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 1, p. 129-156, 2011.

DIAS, T.; ROCHA, L. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte-2005 a 2011. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 16-25, 2014.

DOURADO, N.; VALE, A. Agricultura Familiar, Cooperativismo e Agroecologia Promovendo o Desenvolvimento Territorial Sustentável: o caso da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo-MG e Região. **Geografia**. 43. 119-128, 2019.

ESQUERDO, V.; BERGAMASCO, S. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o Pronaf nos municípios do circuito das Frutas-SP. **Extensão Rural**, v. 22, n. 1, p. 09-35, 2015.

FACCIN, K.; MARTINS, B. Abordagem Processual em Pesquisa Qualitativa. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext**, v. 17, n. 1, p. 7, 2022.

FANTINELI, D.; CARDOSO, E. Produção da Agricultura Familiar no Município de Nova Palma-RS-Brasil: Uma Abordagem na Perspectiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Geografia em Questão**, v. 12, n. 2, 2019.

FERNANDES, B. *et al.* Partindo do semiárido brasileiro rumo à Guiné Bissau: Uma análise comparativa sobre a agricultura familiar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018

FERREIRA, D.; GREGOLIN, M. Atuação político-institucional em tempos de mídias sociais: a experiência da articulação no semiárido brasileiro – ASA. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar (RECoDAF)**. v. 3, n. 2, p. 6-26, 2017.

FILHO, J. *et al.* A escassez de água no semiárido paraibano como elo de identidades sociais: o caso do município de Cabaceiras. **Geografia**. Rio Claro, v. 38, n. 3, p. 573-588, 2013.

FREITAS, A. *et al.* O cooperativismo popular como forma de organização da agricultura familiar. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 6, n. 8, 110-19, 2009.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. Bringing Society Back in: Symbols, practices, and institutional contradictions. In: POWELL W. and DIMAGGIO, P. **Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago: Chicago, 1991.

GOMES, E.; CEZAR, L. O papel das cooperativas da agricultura familiar no desenvolvimento de políticas públicas. **Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, 166-186, 2018.

GUEDES, V.; TAVARES, E. A Agricultura familiar diante de seus desafios para a sustentabilidade: uma visão introdutória. **Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: EMBRAPA, p. 15-46, 2001.

IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso: 12 dez 2023

INSA. **Semiárido Brasileiro**. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semi-arido-brasileiro>. Acesso em: 12 mar. 2024.

JUNIOR, V. O programa de agroindustrialização da agricultura familiar no Brasil: elaboração, implementação e resultados alcançados. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 3, 2012.

LEITE, M.; SANTOS, R.; GOMES, A. Fertilização e cultivo de mamoneira (*Ricinus communis* L.) em solos degradados do semiárido. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró - RN, v. 6, n. 5, p. 198-205, out./dez. 2011.

LOIOLA, G.; FONSECA, M. Distribuição de produção da Agricultura Familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 1, n. 1, p. 33-41, 2015.

MELCHIORI, C.; RODRIGUES, J.; AOQUI, C. As cisternas de placa no Semiárido brasileiro: dilemas da transformação de uma tecnologia social em política pública. **GVcasos Rev. Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, v. 12, N° especial, 2022.

OCB. **Anuáriocoop – Alagoas**. 2024. Disponível em: <https://anuario.coop.br/brasil/estados/alagoas#cooperativas>. Acesso em: 20/03/2025

REAY, T.; HININGS, C. Managing the rivalry of competing institutional logics. **Organization Studies**, v. 30, n. 6, p. 629-652, 2009.

SANTOS, C *et al.* Agricultura Familiar e Convívio Sustentável numa Perspectiva Interdisciplinar. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, n. 1, p. 25–35, 2013.

SANTOS, L. *et al.* Feiras da agricultura familiar camponesa e certificação orgânica no semiárido baiano. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

SCHWARTZMAN F. *et al.* Background and elements of the linkage between the Brazilian school feeding program and family farming. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 12, 2017.

SILVA, M.; SANCHES, J. Greenhouses: a Tecnologia auxiliando a agricultura familiar. **Rev. Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v.1, n.2, p.75-86, 2016.

SILVA, J.; LEITE, A.; SOUZA, C. Apropriação social da água nas comunidades rurais do semiárido: os desafios da governança (2020-2022). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, p. 645-669, maio-ago. 2023.

SILVA, K. *et al.* Construção de uma proposta de turismo rural no semiárido de Alagoas a partir das potencialidades locais. In: ROCHA, A. *et al.* **O semiárido como fenômeno interdisciplinar, multidimensional, interinstitucional e interorganizacional** / Andre Leite Rocha (Org.) [et al.]. 165p. Maceió: Eduneal, 2022.

SILVA, N. *et al.* Programa Uma Terra e Duas Águas no contexto da agricultura familiar do semiárido do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, Pombal – PB, v. 11, n. 01, p. 95-98, 2016.

SOUSA, B.; ALBUQUERQUE, U.; ARAÚJO, E. Easy access to biomedicine and knowledge about medicinal plants: a case study in a semiarid region of Brazil. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v.2022, p.1-8, 2022.

TAGLIAPIETRA, O.; CARNIATTO, I.; BERTOLINI, G. A importância do conhecimento local dos agricultores familiares e demais populações rurais para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 18, n. 2, p. 178-199, 2021.

THORTON, P.; OCASIO, W. Institutional logics. **The Sage handbook of organizational institutionalism**, v. 840, p. 99-128, 2008.

THORNTON, P.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. **The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure, and process**. Oxford University Press, 2012.

XIMENES, L.; SILVA, M.; BRITO, L. Tecnologias de convivência com o Semiárido brasileiro. **Série Ciência e Tecnologia**, 1ª ed., BNB: Fortaleza-CE, 2019.

WANDERLEY, M. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZANI, F.; COSTA, F. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública - RAP**. v. 48, n. 4, 889-912. 2014.

ZILBER, T. Institutional logics and institutional work: Should they be agreed? **Research in the Sociology of Organizations**, v. 39, p. 77-96, 2013.